



História e crise da produção da verdade no marxismo

Bernardo Sorj

*"Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro." M. Foucault, *Microfísico do poder*, Graal, Rio, 1972, p. 12.*

Marx e o marxismo

Qualquer discussão sobre a crise do marxismo pressupõe uma definição do que seja o marxismo, para posteriormente definir o que e por que está em crise.

Um método geralmente adotado é caracterizar o marxismo "certo" para em seguida encontrar as causas dos possíveis desvios ou deformações.

Este trabalho procura desenvolver uma perspectiva diferente: no lugar de se pôr no terreno da discussão sobre o "verdadeiro" ou o "falso" marxismo, tenta-se reconstituir a história do marxismo como um processo de construção social de um sistema de conhecimento que funciona dentro de parâmetros políticos e sociais, e que, por razões históricas a serem desvendadas, é constantemente reinterpretado e modificado. Ao invés de *definir* o marxismo, pretendemos (re)construí-lo como objeto sociológico, mostrando como se formam tendências dominantes que definem o discurso correto e que ao mesmo tempo marginalizam, ou mesmo desconhecem, as outras interpretações

que não estão de acordo com a versão dominante.

A metamorfose da obra de Marx em "marxismo" é o processo de transformação de uma obra intelectual em uma doutrina, é a passagem pela qual um movimento social se apropria de um discurso adequando-o às suas características e sendo ao mesmo tempo influenciado por este mesmo discurso. As grandezas e limitações que possa vir a apresentar no seu desenvolvimento posterior não podem ser deduzidas simplesmente das virtudes e vícios da obra original; pelo contrário, trata-se de descobrir por que certos elementos presentes na obra original foram esquecidos e outros sublinhados, e fundamentalmente como se deu a organização social da produção de conhecimento no interior do movimento social que se apropriou da obra de Marx. E, na medida em que a doutrina entra em crise, deve-se mostrar como esta crise reflete os mecanismos dentro dos quais a verdade é produzida e sancionada, e neles se reflete.

Engels, a Segunda Internacional e o surgimento do marxismo

Na época da morte de Marx, sua obra apenas tinha começado a se propagar no movimento operário. Se bem que muitos partidos operários reconheciam em Marx um importante pensador socialista, nenhum deles se reconhecia como marxista. Aliás, nos últimos anos da vida de Marx o conceito de marxismo ainda era utilizado com um sentido pejorativo tanto pelos seus opositores como pelo próprio Marx, cabendo a Kautsky a sua transformação num conceito com conotação positiva (Haupt, 1979, p. 364). Já na década final do século passado o marxismo tinha se transformado na doutrina do partido social-democrata alemão. No resto dos partidos social-democratas europeus, com a possível exceção do russo, o marxismo nunca chegou a se firmar totalmente (Gustafsson, 1975). O marxismo teve em Kautsky seu São Paulo, contando com o apoio dos trabalhos de divulgação de Engels para realizar sua tarefa evangelizadora (Haupt, 1979).

O esforço de divulgação assumiu dois movimentos. Por um lado, tratava-se de criar os mecanismos institucionais de divulgação e popularização do marxismo, por outro, de adequá-lo às condições e ao clima ideológico prevalentes no meio operário na época. A divulgação do marxismo se dá no contexto da pro-

cupação, constante do período no seio do movimento operário, com a educação de classe. Na época existiam as chamadas "Universidades Populares" onde se ensinava uma mistura de conhecimentos científicos, filosofia social e "conhecimentos gerais". Trata-se de uma fase em que o estado burguês não havia integrado o proletariado dentro do sistema educacional, fator que sem dúvida favoreceu a expansão das escolas socialistas. O partido, através de centros de estudos e do trabalho de propagandistas, formulava uma doutrina simplificada que pudesse ser facilmente absorvida pelas massas. Esta simplificação se orientava pelo objetivo de oferecer "instrumentos" aos militantes na luta política cotidiana, assentando-se na divulgação dos "grandes princípios". Sobre este período, diz Korsch que o marxismo avançou do ponto de vista de sua penetração no meio operário, mas perdeu em sua capacidade e profundidade de explicação teórica. Ou, segundo Andreucci: "... expansão e empobrecimento, difusão e esquematização, ampliação e sistematização. . ." (1979, p. 71).

Neste processo é que a obra de Engels, em particular seus últimos trabalhos, aquirem um papel notável de divulgação do marxismo. Na verdade, afirmar que a esquematização e o cientificismo que muitos autores encontram na obra de Engels — confrontados com o caráter dialético e anti-positivista de Marx — teriam levado ao tipo de marxismo predominante no período da Segunda Internacional, implica uma colocação errada. A obra de divulgação de Engels, em vez de "responsável" pela "deturpação" do marxismo, era o marxismo exigido pelo contexto de sua transformação em doutrina social.

A transformação do discurso marxista, no início minoritário, no discurso dominante na social-democracia alemã foi realizada por Kautsky através da utilização da "... reputação científica de Marx (que) serviria de poderoso instrumento aos seus discípulos e epígonos para fazer prevalecer a sua teoria no movimento operário" (Haupt, 1979, p. 360). Com a afirmação do prestígio do marxismo como doutrina científica do movimento operário "os militantes não mais evitam recorrer ao nome de um homem para identificar-se; ao contrário, sentem-se orgulhosos de uma etiqueta que os liga ao grande pensador, cuja fama de cientista, de 'fundador' do socialismo científico,

já se acha consolidada" (*ibid.*, p. 364). Não deixa de ser pelo menos aparentemente paradoxal que o marxismo tenha sido aceito no movimento operário em nome de um dos valores centrais da burguesia na época: o "poder" da ciência.

A 'primeira' crise do marxismo: o confronto Bernstein-Kautsky

Na versão leninista, Kautsky, no seu confronto com Bernstein, "ainda" representava a linha marxista correta, "traída" posteriormente no período da Primeira Guerra Mundial. Em textos esclarecedores, H. J. Steinberg (1982) e M. Waldemberg (1982) mostram como na realidade a ortodoxia de Kautsky tinha sido sempre uma forma de encobrir e não confrontar as transformações profundas pelas quais passavam a sociedade alemã e o capitalismo europeu em geral e, em particular, a classe operária e o partido social-democrata. Kautsky neste sentido foi conseqüente durante toda a sua obra, seja em relação a Bernstein, seja em relação à Revolução Russa: sempre aferrando-se a princípios sem confrontar os processos sociais reais.

Embora fosse o discurso dominante, "oficial", do partido social-democrata, o seu caráter "vazio" era indicado pelo fato de que os grupos que polarizavam a vida política do partido e refletiam suas tendências mais importantes eram o revisionismo e a nova esquerda (*Neue Linke*). Que estas eram de fato as tendências dominantes ficou comprovado com a transformação, no fim da Primeira Guerra, da primeira no grupo dominante na social-democracia e, da segunda, na base do novo partido comunista.

O revisionismo de Bernstein, na verdade, representou um esforço de superar a defasagem entre a teoria radical e a prática reformista da social-democracia. Embora por vezes simplista, seu não comprometimento com a ortodoxia lhe permitiu realizar muitos diagnósticos que se mostraram mais adequados (ou próximos às tendências presentes no capitalismo do século XX que as análises de Kautsky e mesmo da *Neue Linke*). A confiança de Rosa Luxemburg na capacidade de ação revolucionária autônoma da classe operária não pode ser dissociada de seus prognósticos sobre a crise geral do capitalismo. Seja favorecendo, seja se opondo, Bernstein e Rosa Luxemburg desenvolviam suas estratégias a partir da compreensão da existência de uma ten-

dência à burocratização e ao reformismo no movimento operário alemão.

A disjuntiva entre a ortodoxia de Kautsky, o radicalismo da *Neue Linke* e o revisionismo de Bernstein não foi resolvida politicamente no pré-guerra dentro da social-democracia alemã. Será Lênin, através do impacto da Revolução Russa, o autor da principal saída do impasse do marxismo, embora, como veremos, criando outros novos e mais profundos.

As origens do leninismo

Como temos visto, desde fins do século se deu um processo no qual os desdobramentos intelectuais da obra de Marx ocorrem fundamentalmente no seio do movimento operário. Contudo, se o uso do marxismo era comum nas discussões político-partidárias, não era em si mesmo um elemento direto de legitimação política. Em outras palavras, os partidos social-democráticos tinham uma estrutura de poder de caráter representativo ou, se se prefere, democrático-burocratizado. A ele podia afiliar-se qualquer cidadão e suas instâncias de poder eram construídas a partir de lideranças sindicais e políticas que recebiam uma legitimação periódica pelo voto. Dentro desta estrutura, o teórico, embora reconhecido, não ocupava, pelo domínio da teoria marxista, um papel na estrutura de poder. De certa forma, o partido reconhecia a importância da teoria, mas nos assuntos práticos seu papel na definição dos rumos do partido era secundário e racionalizador. Será Lênin, através da reformulação das relações entre o movimento operário e "seu" partido político, que determinará as condições de reorientação do marxismo para um novo regime de verdade.

A maioria dos críticos de Lênin procura demonstrar que sua visão do partido político teria sido uma versão "russa", "deformada", do marxismo. H. Marcuse foi um dos poucos autores que, mantendo uma atitude crítica em relação ao leninismo, reconheceu nele uma expressão direta dos problemas do movimento operário da Europa Ocidental (Marcuse, 1961). Na medida em que na prática da classe operária tendia a ser dominante a tendência reformista, o leninismo se apresentava como uma nova opção política. Baseando-se na distinção entre interesses imediatos e interesses reais, Lênin propôs que o partido operário só estivesse conformado pela van-

guarda que tem consciência dos verdadeiros interesses da classe. Isto implicava a não coincidência imediata entre a maioria da classe operária e sua direção política. Permanece ainda sem resposta em Marcuse a questão de por que foi na Rússia que surgiu o leninismo. Se por um lado o leninismo, nas suas preocupações teóricas principais, reflete o pensamento europeu, a proposta de organização apresentada por Lênin é facilitada pelas condições russas. A inexistência de um movimento operário em condições de organizar ampla e legalmente as condições de lutas clandestinas favorecem a *viabilidade* da proposta leninista. A demonstração de que o leninismo não era um simples fenômeno russo está no fato de que ele se transforma, com a Terceira Internacional, na forma organizativa dos grupos políticos que na Europa Ocidental acreditavam ainda no socialismo revolucionário.

Coloca-se assim uma questão central para o futuro do marxismo: o que torna legítimo o partido revolucionário? No partido social-democrata clássico a resposta era simples: a representatividade, ou seja, por ter sido eleito pela classe, ou pelo menos por um grande número de afiliados a um partido de massas. No partido leninista, a representação deixa de ser imediata, dada pelo reconhecimento direto dos trabalhadores através de mecanismos eletivos de representação. A legitimidade do partido como *verdadeiro* representante da classe se dá na adoção da teoria certa, expressão "científica" dos interesses da classe operária. O marxismo que o partido professa é, por definição, o verdadeiro, frente às deformações e deturpações das outras correntes operárias não leninistas. Desta forma, o leninismo introduz um novo aspecto na história do pensamento marxista: o monopólio do marxismo verdadeiro e a negação do marxismo que não comunhasse com o marxismo do partido. Este monopólio é condição de existência do partido na medida em que sua legitimidade repousa na posse da teoria correta.

O marxismo, que já se havia tornado nas mãos de Kautsky a teoria científica do proletariado, sofre um novo acoplamento e passa a ser a teoria científica do proletariado representado por sua vanguarda política. Na prática, esta fórmula se inverte, no sentido de que a *posse* da teoria marxista legitima a prática política do partido, e por extensão, da classe.

Desta forma o marxismo chega ao poder, isto é, transforma-se no mecanismo central de legitimação da prática política, significando por sua vez a sua castração enquanto discurso científico. O leninismo tinha instaurado um novo regime de verdade.

Leninismo e produção de conhecimento

Lênin sempre aceitou a obra teórica de Kautsky e Plekhanov. A introdução da perspectiva revolucionária na ação política se dá sem que a teoria seja revista. Assim, as alianças de classes negadas por Kautsky são introduzidas de fato por Lênin e o determinismo da crise final do capitalismo se sustenta, na prática, num grande voluntarismo político.

O custo de recuperar a tradição revolucionária, *mantendo um discurso marxista ortodoxo que se diz fiel ao pensamento original de Marx*, significou aprofundar as contradições em que começavam a se afundar os marxistas da Segunda Internacional, terminando por criar todo um novo sistema de produção política da verdade.

O regime da verdade no leninismo

No leninismo o saber marxista é a fonte de legitimidade da direção do partido. Dado que o marxismo é definido como a teoria científica por excelência, a ciência seria portanto a orientadora da vida político-partidária. *Acontece que o partido não se estrutura em função da produção do saber científico e sim das suas necessidades organizativas políticas.* Sua direção é formada pelos quadros que sobressaem nas funções administrativas e de liderança que emanam da vida político-partidária.

Como é um saber que se diz científico que legitima o poder no e do partido, a direção partidária deve apropriar-se da produção do saber marxista e monopolizá-la. Assim, temos na capacidade político-administrativa o caminho para o monopólio do saber científico, que por sua vez se coloca permanentemente a serviço deste poder. Na medida em que é legítimo por representar o saber marxista, o poder deve fundar permanentemente suas políticas em termos de uma análise "científica" (= marxista) de toda a realidade.

A sociologia do funcionamento dos partidos leninistas ainda está por ser escrita, embora existam testemunhos de ex-comunistas particularmente interes-

santes (veja-se por exemplo Rodinson, 1981). Interessa-nos aqui ressaltar alguns aspectos que são relevantes especificamente para compreender o funcionamento do regime de verdade, no qual o poder político se justifica em nome de um saber científico. Sem pretender uma enumeração exaustiva, indicamos alguns mecanismos nos quais se processa a produção do conhecimento no leninismo:

1. O fundamento final da identificação partido-marxismo-classe operária é tautológico. O partido representa a consciência de classe do proletariado porque se orienta pelos princípios do marxismo, e a verdade final do marxismo se sustenta no proletariado que por sua vez é representado pelo partido.

2. Na verdade, este raciocínio circular é constantemente questionado pelo surgimento de tendências políticas diferentes, marxistas ou não. No caso de tendências políticas operárias não-marxistas, estas podem ser facilmente enquadradas e ignoradas: na medida em que não são marxistas são formas de falsa consciência, de influência do pensamento burguês no seio do movimento operário — o caso mais típico sendo a social-democracia. Mas dentro do próprio partido ou fora dele, surgem constantemente grupos marxistas que se rebelam contra a linha oficial do partido, o que equivale a dizer contra o marxismo oficial. Coloca-se assim o problema dos mecanismos de disciplinamento.

3. Dentro da lógica dos marxistas "leninistas", a luta pelo poder político — seja dentro do partido seja na *representação* de si mesmo *vis à vis* o proletariado — é uma luta pelo controle do "marxismo verdadeiro".

4. Se a decisão final da "verdade" de cada discurso vai se dar no campo real das forças políticas mobilizadas pelas tendências em jogo, as diferentes tendências se digladiarão e se justificarão em torno da demonstração dos desvios do outro frente ao marxismo "verdadeiro".

5. Não existindo nenhum princípio definitivo de autoridade, termina-se voltando aos textos originais, fonte última na qual se buscam os fundamentos da verdade de cada posição.

6. Dado que a única referência de autoridade são os clássicos, a confrontação política e o disciplinamento das outras tendências se darão dentro de linhas de raciocínio muito similares àquelas que se apresentam na dinâmica das religiões institucionalizadas, em particular o cristia-

nismo. Assim, temos que o poder se sustenta no monopólio da interpretação dos textos sagrados, da mesma forma que o poder da Igreja se sustenta em que ela é a legítima herdeira e única fonte de interpretação dos textos sagrados. Aqueles que questionam o poder central são heréticos ou, na linguagem leninista, desviantes da linha correta (por definição, a própria). Em ambas funcionará uma lógica maniqueísta em que fora da Igreja (do partido) só há engano.

7. A lógica política em que funciona o partido é uma lógica militar, num duplo sentido. Por um lado, a estrutura interna dos partidos comunistas se assemelha a uma estrutura castrense (Althusser, 1980); por outro, coloca-se, pelo menos no nível do discurso, numa posição de total confronto frente ao "inimigo externo" que geralmente é considerado como uma força, em última instância, com uma grande lógica conspirativa (anticomunista) única. Dentro deste contexto de militarização da política o indivíduo só pode se submeter à disciplina da organização sob pena de servir ao inimigo. "La très juste perception des limitations de la pensée de chacun se débouche sur la fausse conception d'une infaillibilité collective, en dernière analyse mystique". (Rodinson, 1981, p. 55.)

8. A legitimação do marxismo leninismo faz com que a mecânica anterior funcione, com maior ou menor rigidez, em contextos sociais diversos. Sem dúvida, em contextos políticos de maior isolamento e repressão, estes mecanismos se apresentam com maior força do que em contextos de participação no sistema político vigente. Isto na medida em que a perseguição só reafirma a lógica militar do partido, ao mesmo tempo em que exige o fortalecimento dos mecanismos de fé messiânica: o sofrimento inflingido demonstra a verdade desta profecia (Berger, 1969).

9. Na medida em que o partido representa a única ordem significativa válida para o militante, o questionamento pode custar-lhe a expulsão (excomunhão), ou seja, retirar-lhe o significado da vida (Berger, 1967). Frente a esta punição, a "autocrítica" permite que o(s) militante(s) se purifique(m) e retorne(m) à ordem estabelecida. A autocrítica funciona igualmente a nível do conjunto do partido: através dela se reconhece que até o Comitê Central pode errar, porém sem que nunca sejam questionados os "princípios" teóricos.

10. Diferentemente, porém, das grandes religiões, o tendão de Aquiles dos mecanismos de reprodução do discurso marxista institucionalizado no leninismo é seu caráter terrenal. Embora possa adiar o momento de sua concretização, a sua possibilidade não é metafísica e deve confirmar-se/confrontar-se de alguma forma com os processos históricos reais. É neste contexto que surgem problemas tanto de insuficiências teóricas como práticas. As insuficiências teóricas frente a fenômenos sociais novos, a avanços do conjunto do pensamento científico ou a temas considerados relevantes pelos intelectuais, é resolvido através do mecanismo da *ritualização* do desconhecido, daquilo que ainda *falta* em Marx. Por um lado, se reconhece uma série de *vazios* no pensamento marxista clássico, mas passa-se imediatamente a uma declaração de fé de que no pensamento original se encontram os elementos para responder aos desafios atuais e/ou, o que é mais importante, se pressupõe que os desafios colocados pelas novas realidades sociais e intelectuais podem ser respondidos sem mudar os componentes principais do pensamento marxista (os que por definição são inamovíveis sob pena de questionar a própria legitimidade). O mesmo tratamento sofrem os novos movimentos sociais: trata-se de "absorvê-los" dentro do partido de forma a *reduzi-los* à lógica central de legitimação partidária. Veja-se, por exemplo, o tratamento dado aos movimentos feminista e ecológico. Em ambos os processos termina-se por "absorver" os novos dados da realidade "demonstrando" que as novas idéias emanam das antigas, constituem seu prolongamento natural: este rito da fidelidade é fundamental para manter a referência à autoridade final. Na tradição iniciada por Lênin, todos os grandes revolucionários marxistas se caracterizam por uma prática herética e por uma teoria ortodoxa.

Trata-se de um conjunto de mecanismos que, em nome da defesa de um sistema cognitivo (o pensamento marxista revolucionário) impõe um sistema normativo e ético determinado. O marxismo, de fato, tenta reunificar a verdade científica com a verdade moral, através do pressuposto de que o futuro da história poderia ser deduzido cientificamente e que este era o da liberação da humanidade pelo proletariado. O partido não é simplesmente produção de conhecimento, é fundamentalmente pro-

dução de significado, e a possibilidade de expulsão leva à perda do sentido da vida. Assim, a frase "fora do partido não há salvação" explica a dupla face do rito da autocrítica: cognitivamente, a autocrítica permite culpar o indivíduo/grupo/liderança pelos erros, absolvendo a teoria — por definição sempre correta —; existencialmente, permite reunificar o coletivo, reafirmando a unidade e a fé nos objetivos finais.

O marxismo entre as duas guerras

O regime leninista de produção da verdade teve seus efeitos diretos sobre a intelectualidade que se integrou na vida do partido. O caso mais conhecido possivelmente é o de Lukács, que depois de ter escrito sua obra-prima sob o impacto da Revolução Russa, passou por uma série de autocríticas gerando uma obra que hoje não desperta maior interesse. Outros intelectuais que estiveram ligados ao partido comunista, quando não foram quebrados pelas regras do jogo ou se afastaram do marxismo ou, com poucas exceções, permaneceram numa total marginalidade política e intelectual. Embora renascendo na década de sessenta, como é o caso dos teóricos da oposição operária, e intelectuais do peso de K. Korsch e Ernest Bloch (Mattick, 1978).

Ainda assim, a imagem, que surge em 1956, segundo a qual o marxismo teria sofrido desde a morte de Lênin um congelamento no período stalinista e a crise do stalinismo permitiria o renascimento do marxismo criativo, é parte ainda da construção da realidade de acordo com as normas da perspectiva leninista. Noutras palavras, ela assimila marxismo com leninismo e na medida em que este último foi "congelado", igual destino coube ao marxismo. Mas a história foi diferente. No entre-guerras, o marxismo seguiu um desenvolvimento importante, não somente naqueles intelectuais independentes, marginais aos partidos comunistas, como no seio da social-democracia, em particular da Europa Central. Nesta, o marxismo continuou sendo o marco central de referência intelectual e gerou uma série de intelectuais que, além de produzir uma obra teórica importante, tinham papéis políticos centrais em seus partidos.

O austro-marxismo, entre cujos componentes principais se encontram K. Renner, F. Adler, V. Adler, O. Bauer e R. Hilferding, representa possivelmente o grupo mais importante. Os austro-mar-

xistas são um dos primeiros núcleos de teóricos marxistas com uma sólida formação acadêmica. Tratava-se, já então, de enfrentar uma crítica ao marxismo que vinha dos grupos intelectuais mais avançados da burguesia e de alto nível acadêmico. Em contraposição à teoria do capitalismo organizado que teria superado as crises do capitalismo e adiado *sine die* o seu desmoronamento, a esquerda austro-marxista se identificava com a teoria do colapso final (Marramao, 1980) e, neste sentido, continuava a tradição do luxemburguismo.

O austro-marxismo analisou o bolchevismo como produto das condições de luta de classes num meio predominantemente agrícola e pouco industrializado. A grande questão posta para esse grupo era superar o "doutrinário comunista" e o "doutrinário social-democrata":

"Este modo de pensar, porém, apenas confirma o dado objetivo por nós já sabido, que o reformismo, em muitos de seus representantes, deixou inteiramente de ser um ponto de vista revolucionário de classe; para ele, quem quer que se apresente com uma posição marxista conseqüente torna-se algo estranho ou até hostil — numa palavra, um 'comunista'.

Por outro lado, no entanto, e é também desastroso para o desenvolvimento do movimento socialista, a identificação do 'marxista' como o 'bolchevique' operada pela Terceira Internacional, tal como se expressa na linguagem hoje em dia quase canônica do partido comunista, que atualmente não mais leva em conta o marxismo, mas apenas o marxismo-leninismo. (. . .) A Terceira Internacional e o bolchevismo representam apenas uma força histórica particular do marxismo, e não o marxismo em si" (M. Adler, 1977, pp. 270-271).

A escola de Frankfurt representa igualmente um importante grupo de reflexão desligado dos partidos comunistas neste período. Nas interpretações contemporâneas, embora reconhecendo sua contribuição, critica-se que ela tenha permanecido à margem da vida orgânica dos partidos operários (Slater, 1978). Parte considerável do esforço teórico da escola de Frankfurt orientou-se no sentido de interpretar as novas formas assumidas pelo capitalismo no período contemporâneo, num momento de ascensão do fascismo. Neste período, colocou-se claramente o problema de não coincidência entre pensamento crítico e contexto histórico. Mais importante que o problema

histórico conjuntural, a escola de Frankfurt apresenta no limite o problema central que se coloca para a reflexão científica marxista: o questionamento do papel histórico do proletariado. A possibilidade desta dúvida e sua elaboração é a garantia de que o marxismo não é um sistema dogmático. Pode, porém, ser levantada no interior de um partido que se fundamenta na ideologia da classe operária como agente da grande transformação histórica?

A destruição das tradições anteriormente mencionadas por parte do nazismo permitiu que no pós-guerra o marxismo e o leninismo aparecessem quase como sinônimos. Não se deve esquecer que nesta tarefa de identificar marxismo e bolchevismo a própria burguesia teve um papel importante. Esta situação, porém, foi diferente nos países subdesenvolvidos onde, não existindo na maioria dos casos tradições social-democratas, marxismo e bolchevismo apareceram geralmente como sinônimos desde o começo. Não é casual que hoje grande parte da discussão sobre o eurocomunismo esteja trilhando velhas formulações de O. Bauer e V. Adler e que estes autores comecem agora a serem recuperados (Buci-Glucksmann e Therborn, 1981).

A 'segunda' crise do marxismo

A crise que atravessa o marxismo na atualidade tem uma pluralidade de aspectos. Parte considerável de suas causas lhe são "externas", tendo a ver com transformações sociais e intelectuais do capitalismo tardio. Este conjunto de fatores age sobre o marxismo institucionalizado e é, sem dúvida, um fator central de sua desestabilização. Existe porém uma dimensão interior a esta crise que está ligada ao próprio campo social dentro do qual o marxismo institucionalizado funciona, e que não permite a reprodução dos mecanismos rotinizados de produção da verdade no estilo leninista.

O marxismo institucionalizado na versão leninista se desenvolve em dois contextos fundamentalmente diferentes, em estados burgueses e em estados nos quais ele atinge o poder. O segundo caso se encontra fora dos limites deste trabalho. Basta assinalar que na medida em que o conjunto de mecanismos coercitivos à disposição do Estado atua na manutenção de um regime de verdade que passa a ser imposto não a uma organização política e sim a toda uma sociedade, sua

estrutura e sua história adquire uma nova dimensão.

No caso dos países capitalistas, no período contemporâneo, é possível distinguir pelo menos duas grandes fases. A primeira pode ser localizada entre o começo da Segunda Guerra e 1956. Neste período, marxismo, socialismo revolucionário e leninismo se confundem totalmente. A partir do XX.º Congresso, porém, começa um processo cujas consequências ainda vivemos, no qual o regime leninista de verdade entra em crise. Esta crise se desenvolve em dois níveis, na relação entre a organização política e os intelectuais marxistas, e na relação entre a organização e suas próprias bases de legitimidade. Ambos os aspectos estão relacionados.

O abandono constante e crescente dos partidos comunistas por intelectuais marxistas era no seu início tratado pelos partidos dentro do seu sistema de punições e enquadramentos: tratava-se de pequenos burgueses que abandonavam a causa do proletariado, fato inexplicável pelas próprias raízes e condições de vida dos intelectuais. Com o tempo, este grupo de intelectuais cresceu a tal ponto que dificilmente os partidos comunistas podiam ignorá-lo. Sobretudo depois de 1968, surgiu uma nova geração de intelectuais marxistas que por vezes nem chegaram a passar pelos partidos leninistas. Gerou-se assim uma pressão constante para que os partidos leninistas — especialmente aqueles que não se reduzem a uma seita — abrissem um espaço próprio para a intelectualidade e ao mesmo tempo mantivessem algum tipo de diálogo com os marxistas não organizados politicamente. Em ambos os casos o sucesso foi limitado, quando não um fracasso. Isto porque, caso bem sucedido o reconhecimento da autonomia da intelectualidade no seio do partido, e também fora dele, colocaria em questão a legitimidade da direção partidária. Em nome de quem ela organiza sua estratégia e mantém seu poder se sua infalibilidade como representante da classe operária pode ser questionada por intelectuais que possuem um saber próprio? Sob pena de se verem questionadas, as lideranças leninistas estão obrigadas a negar à intelectualidade marxista um lugar autônomo e suficiente na produção de conhecimento.

As organizações leninistas sofrem uma segunda pressão proveniente da estrutura política onde se localizam. Na medida

em que a democracia parlamentar é quase que universalmente aceita, estes partidos devem fazer também profissão de fé democrática. Um discurso democrático conseqüente entraria em choque com a estrutura interna do partido. Uma das razões atrás da necessária ambigüidade que se mantém com o mundo do socialismo real: questionar totalmente estes países significa colocar a si mesmos em xeque.

Na medida em que a própria classe operária — inclusive a que milita nos partidos comunistas — se integra nos moldes da ação e consciência reformista e parlamentar, os partidos devem mudar seus discursos, o que leva a erodir sua base de legitimação (isto é, a teoria de uma classe revolucionária da qual o partido seria a vanguarda e por causa da qual deveria manter uma estrutura específica de organização).

Estas forças se orientam na direção de implodir o modelo leninista (pelo menos em países de democracia parlamentar). Esta implosão também põe em crise a posição dos intelectuais ligados ao marxismo, ressurgindo os problemas que o leninismo tentou superar — o principal sendo o papel (revolucionário) da classe operária — e muitos novos acumulados no andar deste século.

O surgimento de uma intelectualidade marxista não subordinada à organização política representa, assim, uma situação problemática para os próprios intelectuais. Pelo menos acabou a tranqüila certeza que tinha o intelectual leninista de estar representando a classe. Cria-se uma nova situação na qual o marxismo acadêmico no seu conjunto se encontra mergulhado; aflorando constantemente o problema do "verdadeiro" marxismo, de quem "representa" o verdadeiro interesse da classe operária e, em geral, no diálogo com correntes não marxistas, a aceitação de que se trata de outras interpretações científicas igualmente válidas ou plausíveis da realidade, e não de simples mistificações burguesas.

A confusão e a perplexidade abertas pela crise do regime leninista de verdade exprime-se, num primeiro momento, na procura de retornar às fontes clássicas "deturpadas" pelo stalinismo. Logo ficou claro que estas fontes não podiam resolver os problemas que a ciência social devia enfrentar na segunda metade do século XX. Surge assim, hoje, uma nova literatura marxista na qual dificilmente se discerne uma clara tendência ou acor-

do, possivelmente um dos seus traços mais positivos.

A separação entre produção intelectual e organização política expressa e fortalece uma tendência geral nos novos movimentos sociais no capitalismo tardio. Sua sustentação não se dá em nome de um conhecimento científico e sim de objetivos e valores sociais dados. Ninguém é ecologista ou feminista porque é cientificamente correto. Ninguém presume que o que é bom inexoravelmente converge com o movimento da história, que um sujeito social representa esta unidade de necessidade e justiça, de verdade e emancipação humana.

O marxismo em crise hoje, portanto, está constituído por dois corpos basicamente diferentes. Um é o marxismo-leninismo, e sua crise é a dos dirigentes e funcionários tendo que sustentar um sistema de legitimação que apresenta cada vez mais problemas. Outro é o marxismo acadêmico, em crise por ter perdido suas "garantias", por estar desejoso de manter algum tipo de relação privilegiada com o movimento socialista mas arriscando introduzir no debate acadêmico esta relação como critério de verdade.

Conclusões

Nas interpretações marxistas de sua própria história se contrapõem e por vezes confundem dois pontos de vista. Um, preocupado em restaurar a verdadeira teoria de Marx, única interpretação (por graça do "sentido" da História) ao mesmo tempo científica e revolucionária da realidade e o outro, proclamando que os descaminhos da teoria se devem aos reflexos do proletariado e/ou aos "desvios" das lideranças políticas.

Sem dúvida existe uma relação entre marxismo e classe operária, mas complexa e, por momentos, conflitiva. O caso mais típico são as situações de derrotas e refluxo político, fontes de importante elaboração intelectual, de trabalhos em "profundidade" que as situações revolucionárias não favorecem. O *Capital* de Marx e os *Cadernos do Cárcere* de Gramsci são exemplos eloquentes. As relações entre movimento operário e produção intelectual não são unívocas e passam pela compreensão da formação do tecido específico da intelectualidade, suas tradições e formas de inserção no movimento político. Inclusive a relação entre intelectualidade e socialismo tem fundamentos próprios e complexos, ligados

geralmente a uma reação romântica ou democrática contra o capitalismo como negação de valores que lhe são próprios.

A teoria marxista deixou de lado o problema da especificidade da organização social da produção de conhecimento. Uma primeira aproximação sobre as razões de tal situação nos leva às seguintes hipóteses:

1. Da mesma forma que, como assinou Bobbio, a teoria da extinção do Estado levou a um abandono por parte da teoria marxista do problema da organização da ordem política, a teoria da eliminação da separação entre trabalho manual e intelectual levou, aparentemente, a desqualificar, por pertencer à "pré-história", o problema da organização social específica da produção de todo conhecimento.

2. O papel singular que ocupa na teoria marxista o proletariado: em princípio uma hipótese teórica produzida pelo discurso científico, terminou por se transformar na própria base fundadora do conhecimento. Ora, ou o papel histórico do proletariado é uma proposição científica, e portanto passível de questionamento, ou é um pressuposto do discurso.

3. As relações entre teoria e prática tal como já apareceram na obra de Engels representam uma colocação no mínimo ambígua e no máximo pré-científica. O pensamento científico surge pela utilização sistemática da experimentação, portanto o cientista, no seu trabalho, se utiliza necessariamente de dados empíricos para sua elaboração teórica. A ênfase na prática como fonte de conhecimento pode ser interpretada ou como a necessidade de levar em consideração a experiência real na elaboração intelectual ou como querendo dizer que aqueles que se encontram na prática política cotidiana são os mais capacitados para produzir conhecimento. No primeiro caso, teríamos uma caracterização simplificada do trabalho científico; no segundo, dominante no leninismo, o abandono de padrões científicos por outros cujas regras desembocam na produção leninista da verdade ou, seu aparente contrário, no populismo intelectual.

A indeterminação sobre a especificidade real da produção de conhecimento, da relação entre teoria e classe social e entre teoria e prática, gera um espaço escuro, indeterminado, no qual o marxismo, ainda que inconscientemente, terminou por criar sua organização social de produção do saber.

BIBLIOGRAFIA

- ABERDROTH, W. *Socialismo e Marxismo da Weimar alla Germania Federale*, Firenze, La Nuova Italia, 1978.
- ADLER, V. "Il Socialismo di Sinistra. Necessarie Osservazioni sul riformismo e socialismo rivoluzionario", in: Marramao, 1980.
- ALTHUSSER, L. *O Marxismo Hoje*, mimeo, s/d. "El Marxismo Desbloqueado", *Nariz del diablo*, vol. 1, n.º 2, 1980.
- ANDERSON, P. "Existe una Crisis del Marxismo?", *Dialectica*, Ano 5, n.º 9, Dic. 1980.

- , *Considerations on Western Marxism*, London, N.L.B., 1976.
- ALTVATER, E., KALLSCHEUER, O. "Socialist Politics and the Crisis of Marxism", *The Socialist Register*, 1979.
- ANDREUCCI, F. "A Difusão e vulgarização do Marxismo", in: Hobsbawm, 1982.
- BAUER, O. *Tra due Guerre Mondiali?* Torino, Einaudi Editore, 1979.
- BERGER, P. *A Rumour of Angels*, Penguin Books Harmondsworth, 1969.
- , *The Social Reality of Religion*, Penguin Books, Harmondsworth, 1967.
- BUCLGLUCKSMAN, C., THERBORN, G. *Le Défi Social-Démocrate*, Paris, François Maspero, 1981.
- COLLETTI, E. *Tra Marxismo e No*, Bari, Laterza, 1979.
- GUSTAFSSON, B. *Marxismo y Revisionismo*, Barcelona, Grijalbo, 1975.
- HAUPT, G. "Marx e o Marxismo", in: HOBSBAWM, E., 1979.
- HOBSBAWM, E. *Revolutionaries*, London, Quartet, 1973.
- HOBSBAWM, E. *História do Marxismo* vol. I, Rio, Paz e Terra, 1979.
- , *História do Marxismo* vol. 2, Rio, Paz e Terra, 1982.
- JAY, M. *The Dialectical Imagination*, London, Heinemann, 1973.
- JIMENEZ, A. "La crisis de la Izquierda", *Nariz del diablo*, vol. 1, n.º 2, 1980.
- KOLAKOWSKI, L. *Main Currents of Marxism*, N.Y., Oxford University Press, vols. I-II, 1978 e vol. III, 1981.
- KORSCH, K. *Marxism and Philosophy*, London, 1970.
- , "The Crisis of Marxism", *New German Critique*, Fall 1974.
- LOWY, M. *Le Marxisme en Amérique Latine de 1909 a nos jours*, Paris, François Maspero, 1980.
- , *Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários*, São Paulo, LECH, 1979.
- LUKACS, G. *History and Class Consciousness*, Merlin Press, 1971.
- MANDEL, E. *Marxismo Abierto*, Barcelona, Grijalbo, 1982.
- MARCUSE, H. *Soviet Marxism — A Critical Analysis*, N.Y. Vintage Books, 1961.
- MARRAMAIO, G. *Austro-marxismo e socialismo di sinistra fra le due Guerre*, Milano, La Pietra, 1980.
- MATTICK, P. *Rebeldes y Renegados*, Barcelona, Icaria, 1978.
- RODINSON, M. "Autocritique", in: *Peuple Juif — ou Probleme Juif*, Paris, François Maspero, 1981.
- SLATER, P. *Origem e Significado da Escola de Frankfurt — Uma Perspectiva Marxista*, Rio, Zahar, 1978.
- STEMBERG, H.-J. "O Partido e a Formação da Ortodoxia Marxista", in: Hobsbawm, 1982.
- THERBORN, G. *Science, Class and Society*, London, N.L.B., 1980.
- WALDENBERG, M. "A Estratégia Política da Social-Democracia Alemã", in: Hobsbawm, 1982.

Este trabalho procurou mostrar as formas pelas quais se institucionalizou e entrou em crise a produção de conhecimento no interior do marxismo. Uma elaboração mais ampla exigiria sair do marco do estudo dos mecanismos de funcionamento do marxismo como realidade histórica e social para empenhar-nos num debate sobre as relações entre ciência e "consciência de classe", movimento operário e crítica do capitalismo e muitos outros temas. Um debate sobre estas questões, no marxismo, só pode avançar, entretanto, se se definem as "regras do jogo" do debate intelectual. Esta definição passa pela redefinição das relações entre o campo intelectual e o político.

O marxismo pode funcionar como ciência e/ou como ideologia, sendo que a força de uma ideologia se encontra na capacidade de cristalizar e orientar motivações, interesses e não em sua adequação empírica, inteligibilidade, coerência e capacidade explicativa. É enquanto ideologia que o marxismo foi tratado neste trabalho. Não se trata, portanto, de contrapor à ideologia argumentos de ordem científica e sim descobrir os mecanismos sociais que a sustentam.

O leninismo "sublimou" no partido a primeira crise do marxismo centrada na relação entre a realidade do movimento operário e as expectativas da teoria marxista. Na medida em que se descobrem os mecanismos de sublimação, fica em aberto de novo a problemática original. A segunda crise passa, portanto, a ser vivida como uma crise do partido, nas formas particulares em que interiorizou e suprimiu as relações problemáticas entre teoria e classe.

A democratização da prática política nas organizações marxistas não implicará, por si mesma, a resolução dos impasses teóricos do marxismo. Mas liberando os intelectuais marxistas da subordinação às hierarquias políticas, abre-se um espaço maior para a reflexão intelectual, assim como para uma prática política mais democrática dos próprios partidos, que oferecerá novos insumos para a elaboração intelectual. Contudo, deve-se repisar, a questão de uma teoria adequada não se resolve na questão de uma organização política adequada. Mesmo porque se a questão da prática política correta é o problema da maximização de ordem democrática, a ordem científica não se resolve no problema de uma ordem democrática. Noutras palavras, da mesma forma que o problema da criação

científica não pode ser reduzido a uma estrutura política hierárquica subordinada às necessidades práticas da organização, também não se resolve ou se dilui dentro de uma ordem democrática. Os problemas da ciência, sua dinâmica e características não são redutíveis à organização política geral da sociedade. Isto não quer dizer que não existam relações entre ciência e política, ou estrutura social. Seria ridículo negá-lo. O que afirmamos é simplesmente que a forma como se processa a produção do conhecimento científico implica certas regras próprias. A ciência não precisa escolher entre paradigmas certos e errados, sustentando-se na dúvida universal, e a permanência de um argumento não pode depender da capacidade de aglutinar a maioria em torno dela, enquanto que a política, pelo contrário, exige certezas, decisões práticas que impliquem escolhas e o direito da maioria de decidir a favor de uma posição determinada.

A crise do marxismo implica, igualmente, uma outra dimensão que não a cognitiva, e de certa forma mais profunda, de ordem moral-existencial. O marxismo, tal como se cristalizou no leninismo, mais do que ordenamento cognitivo da realidade, representa uma ordenação existencial e até certo ponto moral da vida do militante: biografia e história se encontram; o que é verdadeiro também é certo, sentido da vida e sentido da sociedade se confundem. Não é basicamente de ordem intelectual a crise daqueles que abandonam os partidos leninistas. É o significado da existência que está em jogo.

A reconstrução da legitimidade nas organizações originadas no marxismo passa, por conseguinte, tanto pela ordem intelectual — uma nova forma de relacionamento com a produção de saber — como pela ordem moral — a sua sustentação em valores que não pretendam fundar-se na ciência. O partido deve deixar de ser encarnação da verdade para assumir as suas funções específicas de representação de interesses na arena política. Por sua vez, afirmar um lugar específico e autônomo para o pensamento social não pretende mistificar o alcance e a importância que ele possa ter na transformação da realidade.

Bernardo Sorj é professor de Ciência Política da UFMG e pesquisador do Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ.

Novos Estudos Cebrap, São Paulo,
v. 2, 3, p. 25-34, nov. 83